

# Por que negociar com os credores, sem o Fundo

A decisão do governo brasileiro de não propor um novo acordo formal ao Fundo Monetário Internacional (FMI), anunciada pelo ministro da Fazenda, Dilson Funaro, é mais uma confirmação do firme propósito do presidente José Sarney de não assumir, em nome do País, compromissos internacionais que não podem ser cumpridos, tanto por contrariarem a vontade política da administração como, sobretudo, por não consultarem os interesses de 130 milhões de brasileiros.

Como um novo acordo com o Fundo não se poderia afastar do modelo adotado em ocasiões anteriores, exigindo do governo brasileiro a adoção de medidas ortodoxas de contenção que interfeririam certamente com o ritmo de crescimento econômico do País nesta fase, não teria sentido a assinatura de uma carta de intenções "pro forma", apenas como um meio de possibilitar a conclusão de negociações com os bancos internacionais. O próprio FMI não se sentia encorajado a aprofundar os entendimentos com o governo

brasileiro conhecendo a linha de sua política econômica.

Isso não significa que tenha havido um rompimento entre o Brasil e o FMI. Os dois lados esforçaram-se por evitar que se criasse um clima de confrontação, como ficou claro no encontro cordial que mantiveram no último domingo, em Washington, o ministro Dilson Funaro e o diretor-gerente do Fundo, Jacques de Larosière. Pode-se discordar da posição brasileira mas não se pode negar o seu caráter essencialmente ético por não envolver promessas falsas. Consta-se também o cuidado dos altos funcionários em não dar à postura do governo um cunho demagógico.

Como disse o ministro da Fazenda, o governo continuará mantendo contatos com o Fundo, que deverá acompanhar, embora não exatamente monitorar, a evolução da economia brasileira. E o Brasil vai buscar um entendimento direto com os credores que permita a rolagem da dívida por um ou dois anos. Para esse tipo de acerto, um acordo prévio com o

FMI deve deixar de constituir uma precondição.

A resistência dos banqueiros internacionais é previsível, se se tomarem como indicação as declarações do presidente do comitê de bancos credores, William Rhodes, estabelecendo a concessão de um crédito "stand by" pelo FMI como preliminar para a renegociação da dívida. Como se recorda, esta era a fórmula em cogitação ao tempo em que Francisco Dornelles ocupava a Pasta da Fazenda. Mas, àquela altura, ainda se antevia a realização próxima de uma renegociação ampla pelo prazo de dezesseis anos, tal como fora esboçado ao final do governo Figueiredo. Essa renegociação fica adiada ("sine die") e, como o Brasil deseja um acordo por um prazo bastante limitado, não há por que considerar um crédito "stand by".

É preciso ter em mente também as importantes mudanças ocorridas no cenário internacional nos últimos meses. O plano apresentado pelo secretário do Tesouro, James Baker, na assembléia conjunta do FMI/Banco

Mundial em Seul, revelou uma nova disposição do governo dos Estados Unidos com relação ao processo de renegociação das dívidas externas dos países em desenvolvimento. E foi o próprio Baker quem afirmou há pouco ao ministro Dilson Funaro que a aplicação de seu plano poderá prescindir das condicionalidades do Fundo.

Claramente, o que o governo brasileiro deseja é colocar em prática o seu programa econômico sem interferências externas e contar com tempo suficiente para colher resultados, principalmente no que se refere ao combate à inflação, já que o País não se defronta com dificuldades cambiais. Ao mesmo tempo, a economia deve permanecer em crescimento, ainda que não ao ritmo deste ano. Quanto aos bancos internacionais, o governo confia em que responderão favoravelmente à proposta de negociações diretas. Um país que em momento algum renegou a dívida contraída e que vem pagando pontualmente os encargos sobre ela não poderia, aliás, esperar outra atitude.